

EDUCAÇÃO

A torpe comparação de professores a traficantes

Esse é o modo como Eduardo Bolsonaro encara o que julga ser neutralidade pedagógica

JOSÉ EDUARDO FARIA



O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Crédito: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Analfabeto funcional, o deputado Eduardo Bolsonaro comparou “professores doutrinadores” a traficantes de drogas que tentam levar nossos filhos para o mundo do crime”. O fato ocorreu em Brasília, num evento promovido por apoiadores do armamento da população, o que por si só já dá a dimensão moral do fato. No ato, ele pediu aos chefes de famílias que “prestassem atenção na educação dos filhos” e que acompanhassem o que eles estão aprendendo nas escolas para “não dar espaço para professor doutrinador sequestrar crianças”. Sua conclusão foi de que “a figura desses professores” talvez seja “pior” do que a dos traficantes.

Não fosse filho de quem é, a ponto de repetir acriticamente as asneiras e barbaridades que seu pai costuma falar, a afirmação sequer teria sido registrada pela imprensa. Ela envolve questões importantes, tais como a discussão sobre objetividade e subjetividade no conhecimento, a liberdade de cátedra subjacente ao ato de ensinar e a distinção entre ideologia e raciocínio no âmbito das diferentes áreas do conhecimento. De tão tosca, a bobagem do parlamentar só pode ter partido de quem entende que, nas aulas de um curso no ensino básico ou no ensino superior, deveriam prevalecer técnicas pedagógicas que permitem aos professores transferir o conteúdo dos livros que os currículos os obrigam a usar em sala de aula diretamente aos cadernos dos alunos, sem passar pela cabeça pensante e reflexiva nem dos docentes nem dos estudantes.

Esse é o modo como o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro encara o que julga ser neutralidade pedagógica. Tal “neutralidade” faz lembrar um documento lançado pelo Instituto General Villas Boas, em 2022, um ano eleitoral, propondo um “projeto de nação” para o Brasil no qual repetia o que a ditadura militar já dizia há várias décadas. Ou seja, (i) que “o sistema de ensino do país se encontra ideologizado”; (ii) que as práticas pedagógicas são distorcidas, “afetando o comportamento e as atividades de ensino com prejuízo para a formação do cidadão”; (iii) e que é preciso “reformular o processo de escolha de reitores das universidades públicas, de modo a restringir as influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum”. Entre outras medidas para se reverter esse “quadro trágico” – na visão do deputado Bolsonaro e dos militares que integram o instituto – é preciso promover o fim “da ideologização nociva e radical” nas salas de aula, por um lado, e o aperfeiçoamento da “formação profissional, ética e cívica dos quadros docentes”, por outro.

Independentemente de onde esse deputado tenha passado alguns anos tentando aprender a ler e a escrever, depreende-se que, para ele, a simples exposição oral de qualquer professor, caso não seja controlada e cerceada, pode ser perigosa para as instituições. Entre outros motivos, porque pode embutir nas informações de um livro qualquer as suas opiniões políticas, indo muito além do que o autor escreveu. Não passa pela cabeça desse deputado e de seu entorno familiar e militar que, nos currículos escolares, sempre há uma dessemelhança entre o pensamento pensado no momento em que o programa é formulado e o pensamento que se pensa a si próprio no ato de ensinar por parte dos professores. Também não passa pela cachola desse parlamentar que cada item do esquema formal de um programa educacional é flexível, ainda que o programa tenha rigidez em sua estrutura global.

Por fim, ele ignora ainda que professores sempre têm de lidar com limites críticos a partir dos quais a discrepância entre o programa que têm de seguir no dia de hoje e o que foi formulado no passado precisa ser revista. Como exemplo disso, cito um fato ocorrido no primeiro ano do século 21, quando professores e alunos franceses e espanhóis lançaram uma nota de protesto, pedindo às suas universidades que deixassem de lado o “mundo imaginário” da econometria e trouxessem para as salas de aula os fenômenos econômicos concretos que preocupam os cidadãos. Para os estudantes, por mais importante que seja uma formação teórica consistente, baseada em modelos matemáticos, o ensino da economia não pode desprezar as contingências da realidade. Já para os

professores, a ortodoxia de um pensamento único baseado no uso exagerado da matemática estava abrindo caminho para um vazio intelectual como resposta a problemas de desemprego, inflação, descontrole monetário, desenvolvimento e globalização.

Evidentemente, problemas como esses também podem ser identificados em outras áreas do conhecimento. Por falta de preparo e por deformação ideológica, quando o deputado Eduardo Bolsonaro e o pessoal do Instituto General Villas Boas falam em despolitizar a educação no país, o que têm em mente não se traduz apenas por meio de um modelo autoritário de educação. Ou seja, um modelo baseado em clichês – como ética, pátria e civismo. Acima de tudo, o que falam expressa ignorância – que, aliás, foi o fio condutor da ofensiva do último governo contra o ensino, de um modo geral, e contra as universidades, mais precisamente. Por serem desinformados e ignaros, não lhes restou outra saída a não ser ver instituições de ensino como locais de doutrinação, arruaças e drogas.

De algum modo, é possível identificar um liame entre as falas dos estudantes e professores franceses e espanhóis de economia e as falas de Bolsonaro filho, evocando as bobagens ditas por Bolsonaro pai. Como ocorreu lá trás, em 2001, e vem ocorrendo hoje entre nós, na área das ciências humanas, por exemplo, não se defende uma espécie de pureza sociológica ou filosófica, mas uma maior interação ou permeabilidade com a economia política, a história, a antropologia, a psicologia e a ciência política. Mesmo entre os que ainda valorizavam e hoje continuam valorizando a divisão do trabalho acadêmico, tinha-se – e se continua tendo – consciência da necessidade de não se deixar de lado o conjunto da vida social, bem como seus esquemas conceituais e suas bases epistemológicas. Do mesmo modo como nos cursos franceses e espanhóis de economia e ciências humanas, em nossas universidades públicas o debate acadêmico sobre vias alternativas para o futuro do país hoje também é aberto.

Não tenho a menor ideia do que acontece nos ambientes militares franceses e espanhóis, mas conheci um pouquinho das academias e escolas militares no Brasil, onde sempre – com algumas exceções – prevaleceram visões mais dogmáticas e do que reflexivas sobre os processos sociais. Por isso, debates abertos e com base nos mais diferentes vieses políticos em nossas universidades públicas jamais foram estéreis, mesmo antes da redemocratização do país. Pelo contrário, eles quase sempre primaram por irem ao ponto: (i) discutir o papel das ciências humanas frente às novas exigências da sociedade brasileira; (ii) indagar o quanto elas são capazes de oferecer um conhecimento rigoroso dos fatos e, ao mesmo tempo, crítico das tendências a eles subjacentes. Pode-se até discordar das conclusões dos debates que foram travados durante a

ditadura e após a redemocratização, mas o fato é que foram plurais. E, mais importante ainda, seus protagonistas não se intimidaram diante de pressões e ameaças de generais, almirantes e brigadeiros. Tanto isso é verdade que não restou ao regime ditatorial autoritário outra saída a não ser aposentar mestres talentosos, subtrair seus direitos políticos e exilá-los.

Já onde o debate foi mais binário do que plural, baseado na máxima de que quem não é amigo é inimigo, emergiu o pessoal de farda e sem farda que em 2022 insistiu em agir com base numa premissa contraditória, formulando um projeto de *futuro* para a Nação com base em valores do *passado*. É isso que talvez explique a fala estapafúrdia e sem qualquer fundamento dos choramingosos herdeiros de um militar de um passado sombrio, comparando professores com traficantes.

JOSÉ EDUARDO FARIA – Professor titular e decano da Faculdade de Direito da USP e chefe do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito

**É estudante ?
Aproveite as condições especiais para quem está na
graduação, mestrado ou doutorado.**

ASSINE

Os artigos publicados pelo JOTA não refletem necessariamente a opinião do site. Os textos buscam estimular o debate sobre temas importantes para o País, sempre prestigiando a pluralidade de ideias.